A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960

Marcelo Dias Carcanholo e Paulo Nakatani
Marcelo Dias Carcanholo é professor do Instituto de Economia
da Universidade Federal de Uberlândia
Paulo Nakatani é professor do Departamento de Economia
da Universidade Federal do Espírito Santo

A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960

Este artigo discute as relações e as divergências entre o mercado e a planificação socialista. Ele parte de uma crítica às teses da necessidade do mercado para a construção de uma economia socialista e discute duas formas diferentes de planificação, que foram confrontadas na experiência cubana, na primeira metade dos anos 1960. Uma delas de inspiração soviética, conhecida como o cálculo econômico, implantada em todos os países do Leste europeu e a outra, criada por Che Guevara, chamada de sistema orçamentário de financiamento, foi utilizada parcialmente no período em que Che foi o Ministro das Indústrias.

Palavras-chave: socialismo de mercado, sistemas de planificação (socialista), sistema orçamentário de financiamento.

Socialist planning in Cuba and the great debate of the 1960's

This article exams the relationships and the divergences between the market and the socialist planning. It starts from a criticism of the thesis on the market necessity for the construction of a socialist economy and discuss two different ways of planning that have been face up to the Cuban experience in the first half of the sixties. One way was of Soviet inspiration, known as the economic calculation, implemented in all countries of East Europe. The other one, created by Che Guevara, called the budgetary system of financing, was partially used during the period when Che was the Minister of the Industries.

Keywords: market Socialism, socialist planning, budgetary system of financing.

O problema das relações entre a planificação socialista e o mercado tem início com a revolução russa em 1917. Desenvolve-se com a Nova Política Econômica (NEP) no início dos anos vinte do século passado e continua até os dias atuais (PREOBRAJENSKY, 1972; BETTELHEIM, 1976, p. 430-459).[1] De qualquer modo, a questão continua em aberto, quase um século depois. Do ponto de vista teórico, praticamente não há consenso sobre o papel da lei do valor no processo de transição ou durante a fase de transformação socialista. Em termos históricos, as diferentes experiências mostraram que a introdução e a manutenção das leis de mercado, junto com a planificação, conduziram a União Soviética ao colapso e a sua reconversão ao capitalismo e, ao que tudo indica, é o caminho que está sendo seguido pela China, Coréia e Vietnã. Pelo menos até o momento, segundo informações que dispomos, Cuba é o único país no qual o governo rejeitou formalmente o socialismo de mercado.

Em 1926, Preobrajensky escrevia que pela lei do valor "nosso passado nos pressiona, esforçando-se obstinadamente em se manter no presente e de fazer girar para o passado a roda da história" (1972, p. 209). Em 1964, Che Guevara defendia a posição, que era também a de Paul Sweezy, de que a Iugoslávia caminhava cada vez mais em direção ao capitalismo e que:

> Na Polônia se vai pelo mesmo caminho, anulando toda uma série de medidas de coletivização, voltando para a propriedade privada da terra,

[1] Não é nossa intenção reproduzir a discussão e nem pretendemos "resolver" o problema. Para mais detalhes, ver Garaudy (1968), Pomar (1987), Amin *et alii* (2001), Pericás (2004), Katz (2004).

> estabilizando uma série de sistemas de câmbio, aumentando os contatos com os Estados Unidos. Também na Tchecoslováquia e na Alemanha se começa a estudar o sistema iugoslavo para tentar aplicá-lo. Em resumo, estamos na presença de uma série de países que estão todos eles mudando o caminho. Diante de quê? Diante de uma realidade que não se pode desconhecer: que o bloco ocidental avança em ritmos produtivos superiores ao socialista das democracias populares. Por quê? Em vez de ir ao fundo, à raiz disto, para tentar resolver o problema, dá-se uma resposta superficial, volta-se à teoria do mercado, recorre-se novamente à lei do valor, e são reforçados os incentivos materiais. (Guevara, 1987a, p. 70)

Posteriormente, referindo-se ao que observara na União Soviética, em suas notas para a elaboração de um livro sobre economia, Che afirma que "a superestrutura capitalista foi influenciando de forma cada vez mais marcada as relações de produção e os conflitos provocados pelo hibridismo, que significou a NEP, hoje estão se resolvendo a favor da superestrutura: estão regressando ao capitalismo" (Borrego díaz, 2002, p. 381). Sobre a lei do valor diz mais adiante que "a ação desta lei gera a diferenciação dos produtores e a pequena produção mercantil engendra capitalismo e burguesia constantemente, a cada dia, cada hora, espontaneamente e em massa" (idem, p. 391).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as diferentes formas de mercado introduzidas nesses países, comandadas pela lei do valor, estavam reconduzindo-os inexoravelmente ao capitalismo, independentemente de vontades individuais ou projetos sociais. A história do "socialismo real" tem mostrado e continua mostrando que a defesa do "socialismo de mercado", em última instância, acaba sendo uma postura reacionária e pró-restauração do capitalismo.

Por essa razão, torna-se urgente e fundamental retomar a discussão sobre a questão e defender a planificação socialista como forma essencial de substituição das "leis cegas do mercado" por uma forma racional de organização da sociabilidade humana e contra o socialismo de mercado.

No próximo item deste artigo discutimos os pontos de vista favoráveis e contrários ao socialismo de mercado, e procuramos demonstrar a impossibilidade lógica da construção de uma sociedade socialista através do mercado. Em seguida, fazemos uma comparação entre os dois sistemas de planificação que coexistiram em determinado momento em Cuba, o cálculo econômico e o sistema orçamentário de financiamento. A partir disso, analisamos as principais questões de ordem teórica e prática que foram objeto do debate por parte dos defensores dos dois sistemas. Por último, procuramos resgatar a discussão inicial sobre a relação entre socialismo e mercado, para apontar alguns posicionamentos em torno do debate.

A defesa do socialismo de mercado

Marx identificou a necessidade de manutenção de alguma forma de divisão do trabalho social em sociedades socialistas ou em transição entre o capitalismo e o socialismo. Isso fica claro quando ele afirma que:

> depois da abolição do modo de produção capitalista, mas com manutenção da produção social, a determinação do valor continuará predominante no sentido de que a regulamentação do tempo de serviço e a distribuição do trabalho social entre os diferentes grupos de produção e, por fim, a contabilidade quanto a isso se tornarão mais essenciais do que nunca (Marx, 1988, v. V, p. 275).

Isso significa que, mesmo em sociedades pós-revolucionárias, deverá existir alguma forma de distribuição do trabalho social, isto é, algum mecanismo que defina as quantidades de trabalho empregadas na produção dos distintos produtos. Uma forma de obter isso é através do planejamento central *ex-ante*, ou seja, através da construção social de um plano que levasse em conta as necessidades sociais

dos diferentes produtos e as capacidades de produção das distintas unidades de produção. Esse plano indicaria as metas de produção conforme essas características e as estimativas de reprodução econômicas estabelecidas pela sociedade. A outra forma de obter essa divisão social do trabalho é, antagônica, através do mercado e, em específico, da lei do valor. Os produtos dos trabalhos particulares seriam trocados entre si no mercado de acordo com as quantidades sociais de trabalho requeridas para a sua produção, de forma que a sociabilidade dos trabalhos individuais e a compatibilização entre as necessidades sociais e a capacidade de produção só seriam obtidas (ou não) *a posteriori*.

Os defensores do socialismo de mercado, nas suas mais variadas formulações, partem desse segundo princípio. Isso significa que, mesmo em uma sociedade pós-capitalista, a divisão social do trabalho deveria ser realizada por intermédio do mercado e, conseqüentemente, através da lei do valor. Aliás, a própria citação anterior de Marx aparentemente fornece subsídio para essa interpretação, na medida em que ele afirma que após a abolição do modo de produção capitalista a determinação do valor continuaria predominante.[2] A partir de críticas formuladas ao planejamento central da economia e argumentos sobre a necessidade da regulação mercantil, mesmo em uma sociedade socialista, os defensores do socialismo de mercado efetuam suas análises.[3]

Em tese, uma sociedade socialista apresentaria algumas características que seriam necessariamente contraditórias com o mercado. Essas seriam a igualdade social, a democracia real (e não meramente

---

[2] Andreani, por exemplo, afirma que "a leitura de Marx não contradiz de forma alguma a idéia de que o socialismo de mercado é uma transição necessária" (2001, p. 224). A inconsistência dessa interpretação da afirmação de Marx ficará mais clara ao longo do trabalho.

[3] "Eu considero que, no momento atual, a única alternativa verdadeira ao novo capitalismo, na virada deste século, se situa do lado de uma forma qualquer de socialismo de mercado" (Andreani, 2001, p. 224).

formal), a maior racionalidade econômica e o estabelecimento de laços comunitários. A lógica mercantil, entretanto, traz consigo e aprofunda desigualdades, torna a democracia econômica impossível, pressupõe comportamentos individualistas e autocentrados (tanto no processo de consumo como no produtivo) e leva à anarquia da produção, instabilidades e crises, justamente por ser uma forma *ex-post* de coordenação entre a produção e as necessidades sociais. Mesmo admitindo essas contradições entre socialismo e lógica mercantil, os defensores do socialismo de mercado continuam afirmando a necessidade desse tipo de sociedade.

Segundo eles, o planejamento central, ou socialismo de Estado, não seria adequado como forma de divisão do trabalho social, basicamente, por quatro razões. Em primeiro lugar, o planejamento central provocaria problemas na alocação, uma vez que a distribuição não seria efetuada por critérios de rentabilidade econômica.[4] Em segundo lugar, e relacionado com o anterior, o planejamento central não promoveria a motivação dos agentes, justamente porque, se a atividade produtiva não é persecutória de uma rentabilidade econômico-financeira, a motivação dos agentes seria desestimulada. Em razão disso, o espírito empresarial e a busca ativa por inovações ficariam restringidos. Esse desincentivo ao aumento da produtividade (ao desenvolvimento das forças produtivas) constituiria uma terceira razão de crítica ao planejamento central. Por último, os defensores do socialismo de mercado afirmam que este último é contraditório com a autonomia das empresas, o que criaria problemas desde o ponto de vista gerencial-administrativo até dos resultados econômicos propriamente ditos.

Por outro lado, o mercado traria várias vantagens como forma de divisão social do trabalho no socialismo. Inicialmente, dada a infini-

[4] Além disso, o Estado proprietário cumpriria uma multiplicidade de papéis, muitas vezes contraditórios com os resultados "econômicos", entendendo estes como os resultados promovidos pela alocação de recursos segundo a lógica mercantil capitalista.

dade de bens produzidos crescentemente pelo desenvolvimento das forças produtivas, o número de decisões a tomar seria extremamente elevado, tanto no que se refere ao processo de produção, tecnologia, estimativa de necessidades sociais etc. Esse crescente número de decisões a tomar é demasiado grande para ser efetuado por meio de um planejamento centralizado, ou por qualquer tipo de associação de produtores. Segundo os defensores do socialismo de mercado, somente o mercado, por suas características de descentralização das decisões e motivação individual, teria a capacidade de coordenar essa infinidade de decisões. Segundo Alec Nove,

> Um autor soviético muito sarcástico, sem dúvida alguma, observou: "Os matemáticos calcularam que, para fazer um plano acurado e completamente integrado para o fornecimento de matérias-primas durante um ano apenas para a Ucrânia, seria necessário o trabalho de toda a população mundial por dez milhões de anos". Claro, o plano para o ano seguinte estará pronto alguns milhões de anos antes disso, mas não será "acurado e totalmente integrado" (Nove, 1989, p. 62).

> Se é preciso tomar milhares, ou mesmo milhões de decisões interconectadas e interdependentes para garantir a produção e entrega dos bens que a sociedade necessita – e isso deve ser precedido por um certo conjunto de decisões operacionalmente significativas sobre o que é necessário –, tem de existir uma máquina administrativa que garanta as necessárias responsabilidades e coordenação (Nove, 1989, p. 63).[5]

Além disso, existiria uma série de recursos (como terra, petróleo etc.) que são escassos de forma absoluta, isto é, que não seriam passíveis de reprodução, independentemente do modo de produção vigente. Argumenta-se, portanto, que a introdução do mecanismo de mercado seria necessária para regular/controlar/alocar primor-

[5] Para uma análise da concepção de Alec Nove ver Marques (1998, p. 124-125).

dialmente os recursos escassos.[6] Por outro lado, o grau de desenvolvimento histórico das forças produtivas ainda seria insuficiente para produzir a abundância necessária de produtos, definindo uma escassez relativa. A introdução dos mecanismos de mercado seria justificada, portanto, em uma sociedade socialista, pela existência de escassez absoluta e relativa de recursos na economia. O que está implícito nesse argumento e lhe daria um caráter dinâmico (processual) é a idéia de que as necessidades sociais são crescentes, não-finitas, independentemente do grau de desenvolvimento das forças produtivas – ao menos no caso da escassez absoluta – de forma que o problema da escassez e, portanto, a necessidade do mercado, seria sempre reposta.[7]

Um outro argumento na defesa do socialismo de mercado é o que relaciona os mecanismos de mercado com a democracia. Singer (2000) é um explícito defensor do socialismo de mercado e o justifica, basicamente, em dois momentos:[8]

---

[6] Alec Nove define primeiro o que ele considera que seria o fundamento de uma sociedade socialista, "vamos definir abundância como a suficiência de meios para satisfazer as necessidades a preço zero, sem deixar nenhuma pessoa insatisfeita ou querendo mais de qualquer coisa. (...) Este conceito desempenha um papel crucial na visão de Marx sobre o socialismo/comunismo". (1989, p. 34). Depois, afirma que "É minha crença que a abundância, nesse sentido, é uma suposição inaceitável" (1989, p. 35).

[7] Mandel (1991) faz uma excelente crítica do argumento da escassez como sustentáculo de uma pretensa necessidade do mercado em uma sociedade socialista.

[8] Ficaria difícil chamar a sociedade defendida por Singer (2000) até de socialista. O que ele propõe está muito mais próximo de uma "democracia radical" e/ou de um cooperativismo autogestionado com caráter de socialismo utópico, já que sua proposta joga para um parlamento representativo a solução de todos os problemas originados no processo de distribuição via mercado, sendo que este seria impreterível na divisão social do trabalho. Está totalmente desconsiderado nessa argumentação de Singer o fato de que as esferas político-representativas estão impregnadas – para dizer o mínimo – da mesma lógica mercantil-capitalista e, portanto, das relações sociais de produção próprias do capitalismo, caracterizadas pela luta de classes, pela hegemonia da classe capitalista e pela reprodução dessas mesmas relações dentro da processualidade do modo de produção capitalista.

> Precisamos de mercado porque é a forma de interação que conhecemos, que permite manter as diversas burocracias separadas, evitando que um poder total se aposse da economia.
>
> Não haveria plano geral, do tipo soviético, mas planos particulares de firmas, famílias e governos a serem conciliados em mercados e no plano geral, pelo parlamento econômico. Mercados são essenciais para possibilitar ao indivíduo o direito de escolha, como trabalhador e como consumidor (Singer, 2000, p. 38-39).

O socialismo de mercado é justificado nesse argumento por ser pretensamente a única forma de interação social não-coercitiva conhecida, ao menos no que se refere ao conhecimento do autor, e por possibilitar aos indivíduos o exercício e o poder da escolha.[9]

Um outro argumento dos defensores do socialismo de mercado diz respeito à permanência ou não da lei do valor nas sociedades de transição do capitalismo para o socialismo. Nessas sociedades de transição existiriam diversas formas de propriedade (estatal, coletiva-cooperativas e, às vezes, privada). Dessa forma, seriam efetuadas trocas, atos de compra e venda, entre os diversos proprietários dessa sociedade, e essas trocas seriam reguladas pela forma valor.[10] Esta última subsistiria nas sociedades de transição porque o caráter social dos trabalhos realizados nas diversas unidades de produção (perten-

---

[9] A falácia desse argumento exige uma resposta imediata, embora seu aprofundamento seja feito mais adiante. O mecanismo de sociabilidade pelo mercado possui apenas uma aparente liberdade de escolha por parte dos indivíduos, uma vez que se estes não fornecerem ao mercado aquilo que é demandado, seus trabalhos individuais não têm o seu caráter social confirmado, de forma que a "liberdade" do indivíduo na escolha do que produzir é uma mera aparência. Por outro lado, a "liberdade" de escolha está restrita pela capacidade de compra do indivíduo e, portanto, pela sua participação na distribuição da propriedade dos meios de produção e bens de consumo da sociedade.

[10] Esta parece ser a posição de Lange (1989, p. 15) quando afirma que "as razões pelas quais a produção em uma economia socialista é produção de mercadorias (e, portanto submetida à lei do valor) é a existência nessa economia de uma pluralidade de proprietários dos produtos".

centes a proprietários distintos) seria realizado através do mercado, nas compras e vendas de produtos/mercadorias.

Esse argumento, antes de ser uma defesa da necessidade da esfera mercantil em uma sociedade socialista, pretende ser mais realista, pragmático. Em sociedades de transição do capitalismo para o socialismo existiriam ainda várias formas de propriedade e, portanto, a interação social ainda seria mediada, em maior ou menor grau, pelas trocas no mercado. A esfera mercantil não é, nesse argumento, defendida dentro de uma sociedade socialista, mas pretensamente constatada nos momentos de transição rumo ao socialismo. A permanência da lei do valor seria explicada pela diversidade nas formas de propriedade durante a transição.

Dentro do debate sobre a relação entre socialismo e mercado, entretanto, o argumento mais comum é o que relaciona este último com o desenvolvimento das forças produtivas. No famoso "Prefácio" de *Para a Crítica da Economia Política*, Marx afirma que

> uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade (Marx, 1982, p. 26).

Os defensores do socialismo de mercado se apóiam em uma interpretação específica desse trecho.[11] Segundo esta, a introdução de mecanismos de mercado, em uma sociedade de transição do capitalismo para o socialismo, permitiria acelerar o desenvolvimento das forças produtivas, por intermédio do incentivo à produtividade e

[11] Michael Löwy nos apresenta uma outra versão, para ele "essa concepção ostenta como título de ortodoxia uma citação de Marx (tirada de *Miséria da Filosofia*, 1847), isolada do seu contexto – citação que é repetida incansavelmente e elevada à categoria de quinta-essência do materialismo histórico" (Löwy, 2003, p. 60).

inovação tecnológica. Como o próprio Marx teria afirmado nesse mesmo "Prefácio", a revolução adviria da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção existentes. Assim, com a introdução de mecanismos mercantis, as forças produtivas teriam o seu desenvolvimento acelerado e seria intensificada a contradição entre estas e as relações sociais capitalistas de produção, possibilitando a transformação socialista.[12]

Incompatibilidade entre socialismo e mercado

Em que pese todo o esforço de seus defensores, sociabilidade mercantil e sociedade socialista são inconciliáveis, tanto histórica como logicamente.

Inicialmente, advogar uma propriedade socialista dos meios de produção, ao mesmo tempo que se defende o mecanismo de mercado como instância distributiva, é uma contradição sem solução. As relações de distribuição são produto e, ao mesmo tempo, correspondem a uma determinada forma (histórica e social) do processo de produção e das relações sociais do mesmo.[13] Abolir a propriedade capitalista dos meios de produção, até por uma revolução que se pretenda socialista, e manter a instância de distribuição característica do modo de produção anterior (mercantil-capitalista), significa, no máximo, que essa revolução transformadora se encontra em uma

---

[12] O inusitado do argumento está justamente na defesa de ampliação do espaço mercantil (anti-socialista) como forma de aumentar a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais capitalistas, abrindo espaço para a revolução socialista! Ainda que o inusitado argumento intensifique a tentação crítica, deixamos para retomá-lo mais adiante.

[13] "O caráter histórico dessas relações de distribuição é o caráter histórico das relações de produção, das quais elas só expressam um lado. A distribuição capitalista é diferente das formas de distribuição que se originam de outros modos de produção e cada forma de distribuição desaparece com a forma determinada de produção da qual ela se origina e à qual ela corresponde" (Marx, 1988, v. V, p. 296).

fase de transição rumo ao socialismo, que pode nem vir a se efetivar. O modo de produção capitalista ainda não estaria derrotado. Ele pressupõe uma determinada configuração social das condições de produção (propriedade privada dos meios de produção e mercantilização da força de trabalho), ao mesmo tempo que as reproduz, justamente por intermédio do processo de distribuição que é feito no mercado. A distribuição dos rendimentos pressupõe (e repõe) uma distribuição prévia da propriedade. Logo, advogar o socialismo (na propriedade dos meios de produção) de mercado (como instância de distribuição) é um sonho inconciliável que remonta aos tempos do mais utópico dos socialismos.

Por outro lado, uma sociedade que se afirme socialista e na qual, ao mesmo tempo, a lei do valor continue sendo o mecanismo de distribuição do trabalho social, é uma sociedade logicamente impossível. Se a lei do valor é, em última análise, o mecanismo de regulação da produção, do emprego, do consumo, etc., os seres humanos não detêm o controle direto de sua sociabilidade, pois precisam se submeter aos ditames da lei do valor no mercado.

Uma economia de mercado (própria do capitalismo) se caracteriza pelo caráter mediado da sua sociabilidade e pelo relacionamento impessoal (estranhado) entre as pessoas. A primeira característica significa que as relações sociais são estabelecidas de forma indireta. Os proprietários individuais se relacionam uns com os outros quando vão ao mercado trocar suas respectivas mercadorias. A sociabilidade é feita por intermédio exclusivo das trocas no mercado. Em outras palavras, as pessoas passam a depender das mercadorias (produtos de seu trabalho) para serem reconhecidas no mercado como integrantes da sociedade, o que define a segunda característica da economia mercantil. A relação social entre as pessoas é feita por intermédio das mercadorias, de forma que estas passam a possuir um caráter ativo, enquanto as pessoas adquirem um caráter passivo (dependente, subordinado). É o fetiche das mercadorias, o estranhamento, a alienação no domínio das mercadorias!

Uma sociedade socialista não pode ter uma sociabilidade fundada na lógica mercantil, justamente porque sua sociabilidade pressupõe que as pessoas se relacionem direta e imediatamente, sem o intermédio de qualquer forma estranhada (objetivada), por exemplo, a mercadoria. Na sociedade socialista o produto do trabalho dos seres humanos não pode ganhar independência, uma lógica própria, externa ao domínio dos seus produtores, ou seja, não pode ser estranho e independente da vontade e das decisões deles.[14] Socialismo e mercado são logicamente inconciliáveis!

Além disso, uma economia (de sociabilidade) mercantil pressupõe produtores/proprietários independentes que interagem (socialmente) no e pelo mercado, o que pressupõe uma propriedade não-coletiva das mercadorias. Sendo assim, defender socialismo de mercado significa defender um socialismo em que a propriedade das mercadorias não é coletiva! Essa contradição em termos, só faria algum sentido em uma sociedade de transição do capitalismo para o socialismo. Mas, então, ainda não se trata de socialismo, embora possa ser o rumo, e, logo, socialismo e mercado (enquanto sociabilidade mercantil) continuam inconciliáveis!

Uma questão importante é a confusão, não raramente cometida pelos defensores do socialismo de mercado, entre o mercado enquanto um *locus* de trocas fortuitas entre produtos e o mercado enquanto uma lógica e racionalidade mercantil que regule toda a sociedade. O socialismo não define se deve existir mercado ou não. O importante, dentro do debate sobre uma sociedade socialista, é o tamanho/extensão do mercado, principalmente se a força de trabalho é mercadoria ou não, e se a sociabilidade é mercantil ou não. A incompatibilidade lógica do socialismo se dá com o mercado no

---

[14] A sociabilidade mercantil nega o caráter diretamente social dos trabalhos individuais, o caráter imediato (não intermediado por coisas, mercadorias) das relações sociais, o caráter não-alienado, não-estranhado do ser humano, características da sociedade socialista.

segundo sentido, o que não impede de pensar em locais de troca (mercados) específicos, mesmo em uma sociedade socialista.

Alguns autores identificam algumas condições que permitiriam a uma sociedade de transição rumo ao socialismo integrar alguns elementos mercantis, sempre entendendo estes como locais específicos de troca entre produtos, que não redundem em sociabilidade mercantil. Dentre essas condições podem ser destacadas: i) privilégio do valor de uso em relação ao valor de troca (dando prioridade à satisfação das necessidades reais, ao invés da rentabilidade); ii) limitação da acumulação privada; iii) aprofundar a socialização dos meios de produção (não necessariamente nas mãos de um Estado isolado da população); e, iv) conservar um caráter não-mercantil para setores da economia que correspondam a direitos humanos fundamentais (Amin *et alii*, 2001, p. 47).

Mandel (2003), por sua parte, afirma que na época de transição podem existir categorias mercantis em razão do insuficiente desenvolvimento das forças produtivas em alguns setores,[15] basicamente na pequena produção mercantil que restaria do autoconsumo, nos meios de produção que o setor estatal vende ao setor privado ou cooperativo, e nos bens de consumo vendidos pelo setor socialista aos consumidores privados.

De uma forma ou outra, o importante é que, constatar a existência de mercados em sociedades de transição do capitalismo ao socialismo não significa defender a existência da lógica mercantil na sociedade, nem na de transição, nem muito menos no socialismo.

---

[15] Isto não permite a generalização do argumento, de forma a defender o mecanismo de mercado como a forma de garantir a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas. Mandel é contrário a essa generalização. Talvez, de forma a tornar mais precisa sua idéia, Mandel não devesse utilizar o termo "categorias mercantis", mas apenas "mercados", no sentido puro e simples de locais de compra e venda fortuitas.

O grande debate em Cuba nos anos 1963-1964

A experiência de planificação em Cuba inicia-se nos anos 1960, logo após a vitória da Revolução e ao bloqueio econômico iniciado pelos Estados Unidos. Ela ocorre, também, sob graves agressões externas como a invasão da Baía dos Porcos, em 1962, e a crise dos mísseis, também em 1962. Em 1961, "uma missão do comitê estatal de planificação tcheco discutiu com os técnicos cubanos o estabelecimento das bases de uma metodologia de planificação que, se bem que tivesse algumas limitações, tornou possível a formulação dos primeiros planos anuais de desenvolvimento econômico" (Guevara, 1987, p. 268). Apesar do Sistema Orçamentário estar implementado e em funcionamento, a lei 1122 foi sancionada somente em 1963, estabelecendo que todas as atividades econômicas das empresas submetidas ao Sistema Orçamentário de Financiamento fossem incorporadas ao Orçamento Nacional (Escalona, 2003, p. 243).

Assim, durante a primeira metade dos anos 1960, conviveram simultaneamente dois sistemas de planificação distintos, que expressavam diferentes visões sobre o papel da planificação na construção do socialismo e que geraram o que ficou conhecido como "o grande debate sobre a economia em Cuba". A principal distinção entre esses dois sistemas estava na concepção sobre a gestão das empresas.

No sistema de autogestão financeira ou cálculo econômico, as empresas eram unidades autônomas, financiadas e controladas pelo sistema bancário, sob a direção da Junta Central de Planificação (Juceplan). O critério de desempenho dessas empresas era a lucratividade que obtinham. Essas empresas eram fundamentalmente as empresas e unidades de produção agrícolas que ficaram sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra), após a criação do Ministério das Indústrias.[16]

---

[16] Segundo Infante (2003, p. 149) as empresas não funcionavam segundo o sistema de autofinanciamento antes de 1963, pois ainda eram regidas pelo sistema orçamentário de financiamento.

No sistema orçamentário de financiamento, as empresas foram consolidadas por ramos de produção e afinidades de produtos, eram financiadas pelo Orçamento Nacional e não tinham financiamento bancário. Cada empresa consolidada funcionava como um grande monopólio estatal e tinha um diretor que respondia diretamente aos vice-ministros do Ministério das Indústrias, esses diretores tinham a obrigação de apresentar relatórios contábeis do desempenho das empresas e o critério de avaliação era o aumento da produção e da produtividade do trabalho.

O cálculo econômico

A autogestão financeira das empresas ou cálculo econômico era a forma em que era realizada a planificação na União Soviética e em outros países socialistas. Esse sistema deveria respeitar alguns princípios, como a gestão planificada, a disponibilidade de fundos para os gastos com a produção e suas obrigações com o orçamento, para serem rentáveis, receber do Estado meios mínimos para cumprimento dos planos, utilizar créditos bancários, efetuar investimentos descentralizados e utilizar em proporções adequadas os estímulos materiais e morais.[17]

Segundo a interpretação do Che, as principais diferenças estão na definição de empresa, na forma de utilização do dinheiro, na existência de fundos próprios e nas normas de trabalho. Para o cálculo econômico, cada empresa é uma unidade com personalidade jurídica própria, o dinheiro, além de unidade de conta, é também meio de pagamento e as relações entre as empresas e os bancos são similares às de um produtor privado com os bancos capitalistas. As empresas tomam empréstimos bancários e pagam juros, para tanto "devem

[17] Joaquín Infante (2003) apresenta as principais características para o funcionamento desse sistema em Cuba, tomando como referência o sistema de planificação da União Soviética.

explicar [para os bancos] exaustivamente seus planos e demonstrar sua solvência" (Guevara, 2003, p. 88-89).

No sistema de autogestão financeira, as empresas eram autorizadas a abrir contas bancárias para depósito, saques, pagamentos e transferência para o Orçamento Nacional a título de lucro, depreciação e redução dos meios de rotação (insumos e estoques). Poderiam ainda manter outras contas para fins específicos como investimentos descentralizados ou Fundos da Empresa. Os investimentos específicos deveriam constar nos planos aprovados pela Juceplan e se referiam a reparações básicas ou gerais, ampliação e modernização dos meios básicos de produção (meios de produção, exceto insumos) e construção e reparações de habitações ou edificações socioculturais. Eles deveriam ser financiados pelos fundos criados para essa finalidade e eram constituídos por recursos provenientes de parte das reservas para depreciação, das receitas decorrentes da venda de meios de produção básicos ociosos, das receitas pela venda de dejetos e sucatas, recursos do Fundo da Empresa e contribuições do Organismo Central (Infante, 2003, p. 133).

A primeira condição para o funcionamento das empresas é que elas deviam ser rentáveis: "O lucro dessas empresas, na medida em que garantem a acumulação em dinheiro, que é a principal fonte de receita do Orçamento Nacional, era utilizado como critério para medir a eficiência de sua gestão econômica." (Infante, 2003, p. 127.) Para o seu funcionamento, as empresas recebiam do Estado os meios básicos e os meios de rotação, segundo as normas de produção, poderiam recorrer ao crédito bancário e tinham personalidade jurídica própria. Assim, as operações entre as empresas efetuavam-se obrigatoriamente como compras e vendas de produtos e serviços, que deviam ser pagos como em qualquer sociedade capitalista. O controle da gestão econômica entre as empresas funcionava exatamente como o controle entre empresas capitalistas, pois elas não deviam aceitar, ou deviam exigir descontos, para produtos fora das especificações contratuais ou de qualidade inferior.

Os salários eram compostos de uma parte fixa, segundo as normas de produção, e uma variável, prêmios segundo a quantidade produzida além da norma. Não havia nenhuma restrição nem limite às remunerações pagas aos trabalhadores pela produção efetuada além da norma. Os preços poderiam seguir os critérios utilizados na União Soviética e outros países socialistas. Primeiro, os preços por atacado eram compostos pelos custos de produção e uma margem de lucro, para a empresa; adicionando-se um imposto de circulação, obtinha-se o preço segundo o ramo de produção. Em seguida, os preços no varejo eram os resultados dos preços no atacado mais as despesas com administração e distribuição comercial e a margem de lucro do comércio (Infante, 2003, p. 140-143).

As empresas eram submetidas a controles financeiros pelos organismos centrais às quais eram subordinadas, pelo Banco Nacional de Cuba e pelo Ministério da Fazenda. Os primeiros encarregavam-se de controlar a elaboração e o cumprimento dos planos, a redução de custos, o cumprimento de obrigações contratuais, a utilização racional dos meios de produção e o cumprimento em geral da disciplina financeira. Ao Banco Nacional, cumpria fiscalizar todos os aspectos financeiros da gestão econômica, como a utilização dos recursos para os fins que foram destinados, o uso do crédito, os gastos com investimentos, garantir o cumprimento dos pagamentos e recebimentos, a utilização do fundo de salários planificados e a ordem de preferência dos pagamentos no caso de insuficiência de recursos. Finalmente, ao Ministério da Fazenda cabia a exigência do cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em matéria financeira, tanto das empresas quanto dos órgãos centrais, garantir o cumprimento recíproco das obrigações entre as empresas e o Orçamento Nacional, vigiar o cumprimento dos planos financeiros, e cobrar, utilizando as disposições legais, as responsabilidades administrativas pelo não cumprimento dos planos financeiros (Infante, 2003, p. 146).

O sistema orçamentário de financiamento

Após a vitória da Revolução, Che foi nomeado, inicialmente, para o Departamento de Indústrias do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra), em seguida, assumiu o cargo de Presidente do Banco Nacional de Cuba e saiu daí para o posto de Ministro das Indústrias. Podemos dizer que o "sistema orçamentário de financiamento" surgiu durante o período em que as empresas privadas foram sendo expropriadas e as estrangeiras foram nacionalizadas e incorporadas ao Departamento de Indústrias. As dificuldades de administração e financiamento decorrentes da fuga maciça de técnicos e engenheiros para o exterior[18] e do abandono de empresas por parte de seus proprietários conduziram o Che a idealizar, de início, o sistema de direção orçamentária. "O primeiro passo foi a criação de uma conta bancária única, na qual todas as fábricas depositavam os recursos de seu faturamento. Em seguida, tratou-se de estabelecer uma estratégia para a utilização desses recursos, de determinar as normas para sua redistribuição" (Saenz, 2004, p. 108).

Segundo a concepção do sistema orçamentário de financiamento, as empresas sob comando do Ministério das Indústrias eram consideradas unidades produtivas de uma única empresa estatal,[19] em termos práticos diversas empresas foram agrupadas nas empresas consolidadas, "foram criadas cerca de 25 empresas consolidadas, como as do Açúcar, Eletricidade, Petróleo, Produtos farmacêuticos, Confecções e

---

[18] "Na época da Revolução, havia, em Cuba, aproximadamente seis mil médicos; desses, mais de três mil abandonaram o país nos dois ou três primeiros anos. A situação na área da engenharia foi ainda mais grave. O país só contava com cerca de 2.700 engenheiros de diferentes especialidades (...). Após a Revolução, o exôdo foi enorme e somente ficaram no país uns setecentos engenheiros" (Saenz, 2004, p. 59-60).

[19] "Para nós uma empresa é um conglomerado de fábricas ou unidades que têm uma base tecnológica parecida, um destino comum para a sua produção e, em alguns casos, uma localização geográfica limitada; para o Sistema de Cálculo Econômico, uma empresa é uma unidade de produção com uma personalidade jurídica própria (Guevara, 2003, p. 88).

Têxteis e Tecidos Planos, entre outras." (Saenz, 2004, p. 105). As transações entre elas eram simples transferências entre as unidades, não eram mercadorias compradas e vendidas, pois não ocorria transferência de propriedade. Nessas transações o dinheiro era considerado apenas como unidade de conta e os preços eram fixados segundo determinados critérios baseados nos custos de produção.[20] Toda a produção seria financiada através do orçamento, segundo um plano previamente aprovado, que alocaria recursos para a aquisição de matérias-primas e pagamento de salários, em contas bancárias distintas. As empresas não disporiam de fundos próprios, não tomariam empréstimos bancários e não teriam lucros. Assim, o excedente entre a receita e a despesa seria automaticamente apropriado pelo Estado. Os preços aos consumidores seriam fixados pelo Ministério de Comércio Interior, "considerando sempre que toda uma série de artigos de caráter fundamental para a vida do homem devem ser oferecidos a preços baixos, ainda que, para os outros menos importantes, se cobre muito mais caro com o explícito desconhecimento da lei do valor em cada caso concreto." (Guevara, 2003a, p. 100).

O Ministério das Indústrias, que era responsável por mais de 80% da produção industrial, foi dividido em quatro vice-ministérios e os diretores das empresas consolidadas foram subordinados aos vice-ministros das indústrias básicas ou das indústrias leves. Foi criado um Conselho de Direção, "órgão coletivo máximo da direção do ministério (...). Dele participavam os vice-ministros e os diretores do ministério, além de convidados da Junta Central de Planejamento,

[20] Para a fixação de preços, Che propunha a criação de um índice da seguinte forma: "todas as matérias-primas teriam um preço fixo estável, baseado em uma medida do mercado internacional mais alguns pontos pelo custo de transporte e pelo aparelho de comércio exterior. Todas as matérias-primas cubanas teriam o preço de custo real em termos monetários. A ambos se agregariam os gastos de trabalho planificados mais o desgaste dos meios básicos para elaborá-las e esse seria o preço dos produtos entregues entre empresas e para o comércio exterior, mas estariam constantemente afetados pelos índices que refletirão os preços dessa mercadoria no mercado mundial mais o índice de custo de transporte e de comércio exterior" (Guevara, 2003, p. 101).

do Ministério do Comércio Exterior, do Ministério do Trabalho e da Central de Trabalhadores de Cuba". (Saenz, 2004, p. 111). Esse era o grupo responsável pelo acompanhamento das empresas, controle e estímulo à produção e solução dos gigantescos problemas colocados pela necessidade de reconversão das indústrias cubanas.[21]

O desempenho das empresas era acompanhado e avaliado através de reuniões semanais de análise do balanço das empresas a partir de um cronograma anual de apresentação de relatórios das empresas. Esses relatórios eram analisados por três membros do Conselho de Direção que também faziam visitas às empresas e entrevistavam seus dirigentes. Além disso, eram realizadas reuniões de controle da produção dos principais produtos das empresas, representando 60% da produção industrial de Cuba, visando a solucionar os principais problemas detectados. "Delas participavam os vice-ministros e diretores de ramos produtivos" (Saenz, 2004, p. 113-115). Além disso, cada dirigente do ministério, inclusive o Che, devia fazer a cada mês uma visita a uma fábrica indicada pelo Conselho de Direção, a partir da visita, deveria ser elaborado um relatório para o Conselho de Direção.

O debate em 1963-1964

Embora os dois sistemas tenham coexistido durante um certo tempo em Cuba, no início dos anos 1960, o debate entre os seus defensores foi bastante intenso. Segundo Mandel,

> O debate econômico de 1963-1964 em Cuba referiu-se a quatro questões principais, além de algumas questões subsidiárias. Duas

[21] Após o início do bloqueio, a manutenção de máquinas e equipamentos, reposição de peças e os insumos importados tiveram que ser redirecionados para o bloco socialista.

> questões são de ordem prática, versam sobre os problemas de política econômica do governo revolucionário: a organização das empresas industriais; a importância relativa dos estímulos materiais na construção do socialismo. As outras duas questões são de ordem teórica: o papel exato da lei do valor na época de transição do capitalismo ao socialismo; a natureza estrita dos meios de produção estatizados nessa época (são mercadorias ou não?) (Mandel, 2003, p. 347).

Do nosso ponto de vista, as questões de ordem prática ainda devem ser acrescidas de dois pontos fundamentais no debate: o papel dos bancos e a formação dos preços em cada uma das concepções. Além disso, existe uma questão que permeia todas as outras e, portanto, está no cerne do debate, que é a interpretação específica sobre a dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção nos processos de transição de um modo de produção para outro.

A discussão sobre a lei do valor e a propriedade dos meios de produção

Assim como é feito pelos proponentes do socialismo de mercado, os defensores do Cálculo Econômico consideram a lei do valor necessária para que a troca seja efetuada segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, que a alocação dos fatores de produção seja ótima e para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas.

Para Mora, "Quando se assinala que a Lei do Valor funciona, se expressa o fato de que, como critério econômico, a produção é regulada pelo valor. Que os produtos são trocados de acordo com o valor de cada um. Enfim, que a Lei do Valor é, economicamente, um regulador da produção." (1963, p. 23). Bettelheim (1964) considerava que o grau de desenvolvimento das forças produtivas, até nos países

socialistas mais desenvolvidos, não permitia o pleno conhecimento das necessidades sociais. Por isso, era impossível distribuir de maneira eficaz os meios de produção, os produtos em geral. Daí decorre

> (...) o papel da lei do valor e um sistema de preços que deve refletir não somente o custo social dos diferentes produtos, mas também expressar as relações entre a oferta e a demanda destes produtos e assegurar, eventualmente, o equilíbrio entre esta oferta e esta demanda quando o plano não possa assegurá-lo *a priori* e quando o emprego de medidas administrativas para realizar este equilíbrio comprometeria o desenvolvimento das forças produtivas. (Bettelheim, 1964, p. 204)

Os defensores do Cálculo Econômico afirmaram que os proponentes do Sistema Orçamentário de Financiamento refutam a vigência da lei do valor na economia cubana da época, e que esta continuaria existindo em razão da diversidade de formas de propriedade. Trocas seriam realizadas entres esses diversos proprietários, e essas continuariam regidas pela forma valor. A forma valor subsistiria porque o caráter social dos trabalhos realizados nas diversas unidades de produção (pertencentes a proprietários distintos) era realizado através do mercado, nos atos de compra e venda. Produção para consumo de outro que não o produtor garantiria a existência da lei do valor.

A resposta de Che, em primeiro lugar, resgata Marx para mostrar que um produto passa a ser mercadoria quando é produzido (trabalhado) para o consumo de outro e a transferência de propriedade ocorre pelo ato da troca. Ou seja, produção para o consumo de outro é condição necessária mas não suficiente para que o produto seja mercadoria.[22]

---

[22] Alguns defensores do Cálculo Econômico afirmaram que seria uma condição suficiente para a permanência da forma valor a produção para consumo alheio. Assumindo isto seriamos obrigados a identificar a vigência da forma valor mesmo no feudalismo (e em outras épocas também) quando a produção não é consumida pelo seu produtor, embora essa apropriação não seja efetuada pela troca.

Especificamente sobre o funcionamento da lei do valor em uma sociedade socialista Che foi categórico:

> Negamos a possibilidade de uso consciente da lei do valor baseado na inexistência de um mercado livre que expresse automaticamente a contradição entre produtores e consumidores; negamos a existência da categoria mercadoria na relação entre empresas estatais, e consideramos todos os estabelecimentos como parte da única grande empresa que é o Estado (ainda que, na prática, isso ainda não ocorra em nosso país). (Guevara, 2003, p. 99)

Ele respondia assim a idéia segundo a qual a lei do valor continuaria existindo mas, de conhecimento por parte dos planejadores, poderia ser utilizada pelo homem no planejamento. Planejamento e lei do valor seriam contraditórios pelo simples fato de que esta última só se manifesta *ex-post* no ato da troca, enquanto o primeiro tem um caráter de antecipação das decisões de produção, consumo e acumulação, isto é, antes de elas serem realizadas. Como seria possível utilizar-se de algo (lei do valor) que ainda não ocorreu, ainda não se manifestou?[23]

Além disso, deve-se considerar que a troca não é efetuada segundo o tempo de trabalho socialmente necessário nem nas economias capitalistas. Na transformação dos valores em preço de produção, Marx já havia demonstrado que pela tendência à equalização na taxa de lucro, ocorrem transferências de mais-valia dos setores menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. No mercado capitalista, os preços também não são fixados segundo o tempo de trabalho socialmente necessário.[24]

---

[23] Isso só seria possível se as condições complexas e dinâmicas que regulam uma determinada divisão social do trabalho se mantivessem ao longo do tempo, possibilitando a projeção do passado para os acontecimentos futuros.

[24] "O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma

A troca segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, pressupondo que o trabalhador receberia de acordo com a sua contribuição para a produção, também não é correta; a retribuição ao trabalhador deveria ser efetuada por outros critérios. Tomando como referência a *Crítica ao Programa de Gotha*, de Marx, Che defende que a repartição do produto deve ser efetuada após a dedução de "uma parte para repor os meios de produção consumidos. (...) Uma parte suplementar para ampliar a produção" e um fundo de reserva. Além disso, devem ainda ser deduzidos da produção "os gastos gerais de administração (...) a parte que se destina a satisfazer necessidades coletivas, (...) os fundos de manutenção das pessoas incapacitadas para o trabalho (Guevara, 2003, p. 95).

Dentro do Sistema Orçamentário de Financiamento não é negada a existência da forma valor. Ao considerar o Estado como uma grande empresa, com um só proprietário, nega-se a existência da forma mercadoria (valor) na transferência dos produtos entre as unidades e, portanto, a necessidade de pagamentos em dinheiro por essa transferência. Assim, dentro do socialismo, quando toda a propriedade for socializada, seria extinta a forma mercadoria e a lei do valor perderia completamente a vigência. Entretanto, em sociedades de transição para o socialismo, como a cubana, a lei do valor seria parcialmente existente, como resto da antiga sociedade, dentro da economia cubana e, principalmente, nas suas relações com o exterior (mercado capitalista mundial). Isso se manifestaria internamente quando o produto fosse vendido para o consumo final e/ou para o setor privado, ainda existente durante a transição, ou ainda quando as empresas estatais necessitassem adquirir algo produzido pelo setor privado. Em termos externos, as vendas e compras no mercado mundial seguiriam as normas da lógica mundial capitalista e, por-

---

relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria, é portanto uma *contradictio in adjecto*" (Marx, 1985, p. 46).

tanto, da lei do valor em escala mundial. À medida que o processo de socialização da propriedade fosse avançando, a vigência da lei do valor iria diminuindo. Quando, em uma sociedade socialista, toda a propriedade fosse coletiva, a forma valor seria extinta, ao menos no âmbito interno.

No que se refere à lei do valor, portanto, os defensores do Cálculo Econômico advogam a sua existência e a possibilidade de utilizá-la para a formulação do planejamento. No Sistema Orçamentário de Financiamento, Che não desconhece a permanência da forma valor nas sociedades de transição, mas não concorda com sua vigência quando as transferências de produto são realizadas dentro da "grande empresa estatal", uma vez que não ocorreria transferência de propriedade intermediada pela troca, pelo valor, pelo dinheiro. Além disso, o aprofundamento do caráter socialista da Revolução implicaria o aprofundamento do grau de coletivização da propriedade e, portanto, a diminuição da abrangência das categorias mercantis-capitalistas (valor, mercadoria, dinheiro, etc.).

A construção do socialismo é um processo e não é fadado ao sucesso. Manter ou aprofundar as categorias próprias da sociedade mercantil-capitalista em um processo revolucionário de construção do socialismo não é algo que contribua para esse processo; ao menos para o Che.

O papel das questões de ordem prática no debate

Segundo Mandel (2003), além dessas questões teóricas, o debate cubano ainda esteve assentado em questões de ordem prática, ou seja, questões que diziam respeito ao funcionamento cotidiano dos sistemas de planejamento, a problemas de política econômica. Dentre essas questões está a organização das empresas industriais.

Para os defensores do Cálculo Econômico, o conceito de empresa era idêntico ao de unidade de produção, analogamente ao conceito

capitalista de empresa. A empresa seria assim uma unidade de produção com personalidade jurídica própria, autonomia de decisão e gestão de suas atividades, com o objetivo final de obtenção de rentabilidade econômica (lucro), através da venda final de mercadorias produzidas por um preço (valor) superior àquele pago pelas mercadorias-insumos. Em tese, essa autonomia estaria subordinada aos planos e metas estabelecidos no planejamento estatal.

Por outro lado, no Sistema Orçamentário de Financiamento, a empresa era um conglomerado de fábricas ou unidades produtivas com mesma base tecnológica, destino comum para produção e localização geográfica similar (Pericás, 2004, p. 116). Assim,

> Nossa concepção, que não está implantada senão em determinados ramos da economia, considera o produto com um largo processo de fluxo interno durante o transcurso de todos os passos que deve dar no setor socialista até sua transformação em mercadoria, o que ocorre apenas quando há uma mudança de propriedade. Esta mudança se realiza no momento em que sai do setor estatal e passa a ser propriedade de algum usuário.
>
> O caminho de um produto de uma empresa [estatal] a outra, de um mesmo Ministério ou de outro distinto, não deveria ser considerado senão como uma parte do processo de produção que vai agregando valores ao produto. (Guevara, 2003, p. 71)

Essa concepção da empresa estatal como um fluxo interno de produção provoca uma diferença também na questão da formação dos preços. Enquanto no sistema do Cálculo Econômico os preços são formados de acordo com as condições de oferta e demanda no estabelecimento dos preços, independentemente da transação ser realizada entre duas empresas estatais ou não, atendendo, segundo seus defensores, a lei do valor, a determinação dos preços no Sistema Orçamentário de Financiamento seria feita de acordo com os custos de produção.

Os custos de produção incluiriam as matérias-primas,[25] materiais indiretos, a força de trabalho,[26] o desgaste dos meios de produção e um aporte das empresas estatais para a previdência social medidos em função do fundo de salários.[27] Os eventuais lucros obtidos com a venda final para o setor privado seriam incorporados ao orçamento nacional ao invés de acumulados individualmente pelas empresas. Os preços para a população estariam fixados independentemente desses ajustes, atendendo à demanda e a necessidade vital de cada produto, podendo até, de acordo com a necessidade social e o caso específico, oferecer produtos a preços inferiores ao total dos custos.

Um outro ponto do debate, embora seja de ordem prática por se associar à natureza da organização das empresas, está ligado à discussão teórica, que é a questão dos bancos.

Font (2003), presidente do Banco Nacional de Cuba na época, enumerou sete funções econômicas de um banco em um sistema socialista. Para ele o Banco Nacional deveria: i) regular a circulação monetária; ii) ser o centro de ajuste e pagamentos do país; iii) conceder créditos; iv) financiar o investimento; v) administrar as divisas e operações internacionais; (vi) organizar a poupança da população; e, vii) manter o controle econômico bancário em função do planejamento.

---

[25] Para as matérias-primas importadas seria considerado um preço fixo (estável) baseado em uma medida do mercado internacional adicionado do custo de transporte. As matérias-primas nacionais seriam consideradas de acordo com o custo real de produção em termos monetários.

[26] Guevara (2003) usa a nomenclatura força de trabalho. É de se perguntar se faz sentido utilizar essa nomenclatura que diz respeito à mercadoria força de trabalho no sistema mercantil-capitalista. Em Guevara (2003A), o Che já utiliza com mais rigor a terminologia "gastos com trabalho planificado".

[27] O Che afirma que esse aporte tende a ser desconsiderado com o aprofundamento do processo socialista, já que o Estado passaria a incluir um capítulo em seu orçamento especificamente para isso.

Guevara (2003c) respondeu ressaltando que o papel do dinheiro em uma sociedade de transição deve cumprir apenas as funções de unidade de conta e meio de circulação, e esta última apenas nas transações entre o setor socialista e o não-socialista, que incluiria o setor privado e os consumidores finais. Em uma sociedade socialista, o dinheiro como meio de pagamento e, desenvolvido, como capital portador de juros, seria um contra-senso.

No Sistema Orçamentário de Financiamento, e em uma sociedade socialista, o banco deve fornecer às empresas as quantidades de dinheiro estipuladas pelo orçamento. Considerando a empresa como um fluxo interno de produção, não existindo trocas ao longo do processo, o banco funcionaria como uma simples caixa contábil que registraria os movimentos, uma vez que as unidades de produção não possuem fundos próprios e as suas receitas são reintegradas ao orçamento nacional. Não haveria espaço, portanto, para a existência de juros, uma vez que o Banco Nacional não funcionaria como uma entidade bancária capitalista, que comercializa a mercadoria-capital com o objetivo de acumulação privada dos juros cobrados. Esse banco serviria apenas para contabilizar os recursos repassados às empresas, de um lado, e por outro, as receitas auferidas por estas na venda final de seus produtos. O excedente que porventura fosse auferido seria incorporado diretamente ao orçamento nacional, e seria utilizado de acordo com as deliberações coletivas da sociedade para os próximos períodos.

Sendo assim, o Che critica primordialmente as funções (iii), (iv), (vi) e (vii) enumeradas anteriormente. Conceder créditos, cobrando juros por isso, ainda que para financiar investimento produtivo seria um absurdo no socialismo, pois implicaria na acumulação privada, dentro dos bancos, de uma parcela de excedente, uma característica do modo de produção capitalista. Para o Che, as empresas dentro do Sistema Orçamentário de Financiamento estariam vinculadas, por intermédio do banco (de forma meramente contábil) ao orçamento estatal, o que nega a autonomia financeira

e de gestão das unidades produtivas, ponto importante na defesa do Cálculo Econômico.

O outro ponto de discussão que diz respeito às questões de ordem prática, embora também tenha um forte peso teórico,[28] é a relação entre os estímulos materiais e os estímulos morais dentro de uma sociedade de transição para o socialismo.

Os defensores do Cálculo Econômico afirmavam que o estímulo material, isto é, a recompensa econômica, na maior parte das vezes monetária, seria a melhor forma de estimular o trabalho e propiciar o aumento de produtividade no processo produtivo. Além de afirmar a necessidade do estímulo material, esses autores sustentaram que esse tipo de estímulo não se contrapunha ao desenvolvimento da consciência socialista.

Por outro lado, o Sistema Orçamentário de Financiamento não negava a necessidade objetiva de estímulos materiais, mas afirmava categoricamente que eles não poderiam ser utilizados como estímulos fundamentais,[29] e deveriam ser minorados conforme aumentasse o grau de educação e consciência socialista propiciados pelo crescimento dos estímulos morais. Dessa forma, o sistema de incentivos dentro de uma sociedade de transição deveria combinar os estímulos materiais com os estímulos morais, incentivando com o aprofundamento do processo a diminuição dos primeiros e a expansão dos últimos, dentro de uma evolução da consciência coletiva socialista, obtida não apenas por esforços de educação, mas também de comprometimento social, emulação socialista e trabalho voluntário.

A idéia defendida dentro do sistema de Cálculo Econômico de que o motor fundamental é sempre o estímulo material está assentada

---

[28] Principalmente no que diz respeito ao papel do Homem Novo na construção da Nova Sociedade Socialista, assunto tratado a seguir.

[29] "Consideramos que, em economia, esse tipo de alavanca [o estímulo material] adquire rapidamente *status* de categoria *per se* e logo impõe sua própria força nas relações entre os homens. Não se pode esquecer que vem do capitalismo e está destinada a morrer no socialismo" (Guevara, 2003, p. 90).

numa idéia antropológica de cunho liberal, segundo a qual existiria uma natureza humana de competição/concorrência individual, independente do modo de produção e impossível de ser transformada pela educação e desenvolvimento da consciência coletiva. Isto significa que, nessa concepção, a natureza humana é definida *a priori* como de natureza hedonista e de autopromoção individual em razão do estímulo material.[30] Por isso este teria que estar presente em uma sociedade de transição, e também no socialismo. Mais uma vez, defende-se a manutenção, quando não o aprofundamento, de categorias mercantis-capitalistas em sociedades de transição, e até dentro do socialismo.

Notas sobre socialismo, planejamento, mercado e consciência

A discussão a respeito do papel do estímulo material em sociedades de transição e no socialismo nos permite resgatar a questão inicial, dentro do debate a respeito do socialismo de mercado. A relação entre desenvolvimento das forças produtivas, mercado, lei do valor, autogestão das empresas e cálculo econômico é explicitamente defendida pelo principal oponente do Che no debate.

Bettelheim (1964) sustenta que, dado o nível atual insuficiente de desenvolvimento das forças produtivas e de integração dos processos produtivos, o trabalho realizado na produção ainda não poderia ser, para o caso cubano, inteiramente um trabalho diretamente social. Disso decorreria a necessidade do mercado, uma vez que, com o insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, o Estado não teria como conhecer *ex-ante* as necessidades sociais. Isso, obviamente, traz

[30] "O ser humano é eminentemente competitivo" (Silva, 2000, p. 72). Essa pérola foi pronunciada pelo atual presidente do Brasil em um debate sobre socialismo. Talvez sua concepção da natureza humana explique um pouco de suas atitudes práticas no governo.

consigo a necessidade do dinheiro, da atuação da lei do valor e de um sistema de preços que expresse as relações de oferta e demanda de forma a equilibrar a produção com as necessidades sociais. Para tanto, é fundamental a liberdade de ação/gestão para cada unidade de produção, inclusive no estabelecimento de seus objetivos de rentabilidade econômica. Para Bettelheim, a defesa do sistema de Cálculo Econômico seria decorrência necessária do anterior:

> É a combinação da manutenção durante um período histórico das categorias mercantis no interior mesmo do setor socialista, e da liberdade de ação com que deve ser agraciada, até certos limites [dados pelo planejamento], cada unidade de produção, o que dá sentido à autonomia contábil de cada uma dessas unidades, ao Cálculo Econômico no nível de cada unidade e às possibilidades de autofinanciamento de que cada uma delas deve dispor. (Bettelheim, 1964, p. 105).

O insuficiente desenvolvimento das forças produtivas seria a razão da manutenção de categorias antagônicas ao socialismo dentro de uma sociedade de transição. A aceleração do progresso dessas forças produtivas levaria ao aumento da contradição entre estas e as relações sociais de produção, possibilitando a ruptura socialista. Essa insuficiência de desenvolvimento das forças produtivas colocaria uma situação de insuficiência material que provoca o aparecimento da natureza humana egoísta e auto-motivada, dando sentido aos estímulos materiais como forma de elevar a produtividade.

É por isso que o socialismo/comunismo só seria possível com um determinado patamar de desenvolvimento das forças produtivas que conseguisse a abundância de produtos, perdendo sentido o estímulo material; não porque a consciência coletiva socialista tenha sido construída, mas porque esta seria decorrência daquela abundância.

Essa concepção se baseia em uma interpretação tosca e vulgar do famoso "Prefácio" de *Para a Crítica da Economia Política*, onde Marx

analisa a dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Dessa dialética – e justamente por ser dialética, e não uma lei inexorável, determinística ou de constatação meramente empírica – não decorre que, em determinadas circunstâncias, novas relações sociais de produção, dentro de um processo revolucionário, e, portanto, uma nova consciência (socialista), possam ajudar no desenvolvimento das forças produtivas que acelerarão o processo de transformação socialista. Aliás, se a revolução socialista já está ocorrendo, como é o caso cubano em discussão no Grande Debate, é porque a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção já a possibilitou!

O que ocorre é que uma revolução socialista não é um momento, mas um processo, que requer, para sua continuidade, um maior desenvolvimento das forças produtivas. A proposta do Che com o Sistema Orçamentário de Financiamento procurou reconhecer isso e aprofundar o processo de revolução socialista em Cuba através da extinção processual das categorias herdadas do antigo modo de produção, ao invés de aprofunda-las sob o falso pretexto de que elas impulsionariam a contradição que explica as transformações sociais. Mandel resume bem isso quando afirma:

> É de fato uma utopia crer que ela [a consciência] poderia surgir já pronta, mediante um esforço de pura vontade subjetiva, de uma situação material inadequada. Mas é também utópico crer que esta consciência socialista possa nascer bruscamente, como por encanto, apenas do fato de que sua infraestrutura material tenha nascido, se ao mesmo tempo o clima social permanece dominado pelos "estímulos materiais" (o desejo de cada indivíduo de melhorar sua sorte individual) (Mandel, 2003, p. 354).

Contribuir com essa infraestrutura material necessária, com a ajuda da transformação das relações sociais de produção, aprofundando a consciência e a propriedade coletiva-socialista, o trabalho

voluntário, enfim, procurar construir o Homem Novo *pari passo* à transformação material, esta era a proposta implícita no Sistema Orçamentário de Financiamento do Che.

Referências bibliográficas

Amin, Samir *et alii*. *Socialisme et marché: Chine, Vietnam, Cuba*. Paris: l'Harmattan; Louvain la Neuve: Centre Tricontinental, 2001.

Andreani, Tony. Le Socialisme de Marché: problèmes et modélisations. In: Bidet, Jacques & Kouvélakis, Eustache (Org.). *Dictionnaire Marx Contemporain*. Paris: PUF, 2001.

Bettelheim, Charles. Formas y métodos de la planificación socialista y nível de desarrollo de las fuerzas productivas. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003. p. 183-213.

——. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Borrego Días, Orlando. *Che*. El camino del fuego. Buenos Aires: Hombre Nuevo, 2002.

Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003.

Escalona, Mário Rodriguez. La concepción general de las finanzas em la historia y el Sistema Presupuestario em el período de transición. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003. p. 214-255.

Font, Marcelo Fernandez. Desarrollo y funciones de la banca en Cuba. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003. p. 305-323.

Garaudy, Roger. *O problema chinês*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

Guevara, Ernesto Che. A planificação e seus problemas na luta contra o imperialismo. In: Guevara, Che. *Textos econômicos para a transformação do socialismo*. 10 ed. São Paulo: Edições populares, 1987. p. 9-16. (Obras – Ernesto Che Guevara, v. 8.)

Guevara, Ernesto Che. O plano e o homem. In: Guevara, Ernesto Che. *Textos Econômicos*. 10 ed. São Paulo: Edições Populares, 1987a. p. 57-74.

——. Consideraciones sobre los costos de producción como base del análisis económico de las empresas sujetas a sistema presupuestario. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003. p. 69-78.

——. Sobre el sistema presupuestário de financiamiento. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003a. p. 79-110.

——. La planificación socialista, su significado. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003b. p. 111-122.

——. La banca, el crédito y el socialismo. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003c, p. 324-343.

Infante, Joaquín. Características del funcionamiento de la empresa autofinanciada. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003. p. 122-152.

Katz, Claudio. *El Porvenir del Socialismo*. Buenos Aires: Imago Mundi-Herramienta, 2004.

Lange, Oskar. Economía Política del Socialismo. In: Lange, Oskar (Comp.) *Problemas de Economía Política del Socialismo*. 2ª reimpressão. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

Löwy, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. 5ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

Mandel, Ernest. El debate econômico em Cuba durante el período 1963-1964. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003. p. 347-357.

——. *Socialismo X Mercado*. 2ed., São Paulo: Ensaio, 1991.

Marques, Rosa Maria. O papel do mercado na economia socialista: a leitura de Nove, Mandel e Elson. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 2, 1998.

Marx, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro 1, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

——. *O Capital: crítica da economia política*. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 5 vols.

Marx, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Mészáros, Iztván. *O século XXI. Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

Mora, Alberto. En torno a la cuestión del funcionamento de la ley del valor en la economia cubana en los actuales momentos. In: Deutschmann, David & Salado, Javier (Orgs.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press, 2003. p. 23-35.

Nove, Alec. *A economia do socialismo possível – lançado o desafio: socialismo com mercado*. São Paulo: Ática, 1989.

Pericás, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

Pomar, Wladimir. *O enigma chinês. Capitalismo ou socialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987.

Preobrajensky, Eugène. *La nouvelle économique*. Paris: EDI, 1972.

Saenz, Tirso W. *O Ministro Che Guevara. Testemunho de um colaborador*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Silva, Luiz Inácio Lula da. Intervenções do Público. In: *Economia Socialista – socialismo em discussão*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

Singer, Paul. Economia Socialista. In: *Economia Socialista – socialismo em discussão*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.